

COMUNIDADES DE PESCADORES TRADICIONAIS E OS VETORES DO DESENVOLVIMENTO NA PLANÍCIE COSTEIRA DO RIO DOCE (ES) ENTRE 1980-2015

ANDERSON PEREIRA PORTUGUEZ
Universidade Federal de Uberlândia | Brasil
portuguez.andersonpereira@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho traz uma discussão sobre algumas questões inerentes a 5 comunidades de pescadores tradicionais localizadas no litoral do município de Linhares, norte do Estado do Espírito Santo. Nosso objetivo foi analisar os impactos positivos e negativos de políticas públicas e privadas de desenvolvimento sustentável implantadas nas comunidades entre 1980 e 2015. Para tanto, realizou-se revisão de literatura, análise documental, cobertura fotográfica e entrevistas abertas com lideranças das comunidades de pescadores. Concluiu-se que as atividades tradicionais (pesca, agricultura, pecuária e extrativismo) ainda se fazem presentes nas comunidades, mas que são fortemente impactadas por vetores do desenvolvimento que chegam ao território de forma muito incisiva e alteram os modos de vida da população local. Tais vetores são representados pelas políticas de conservação ambiental aliadas a empreendimentos de economia sustentável, à produção de hidrocarbonetos e à expansão do setor turístico.

Palavras-chave: Comunidades. Desenvolvimento. Sustentabilidade. Pescadores.

TRADITIONAL FISHERMEN COMMUNITIES AND THE VECTORS OF DEVELOPMENT ON THE COASTAL PLAIN OF THE RIO DOCE (ES, BRAZIL) BETWEEN 1980-2015

ABSTRACT: This paper raises a discussion about some issues inherent to the five communities of traditional fishermen located on the coast of the county of Linhares, north of the State of Espírito Santo (Brazil). Our objective was to analyze the positive and negative impacts of public and private sustainable development policies implemented in the communities between 1980 and 2015. Therefore, were realized literature review, documentary analysis, photographic coverage and open interviews with leaders of fishing communities. Was concluded that traditional activities (fishing, agriculture, livestock and extractivism) are still present in the communities, but are strongly impacted by vectors of development that reach the territory in a very incisive way and change the way of life of the local population. These vectors are represented by state conservationism combined with sustainable economic enterprises, the production of hydrocarbons and the expansion of the tourism sector.

Keywords: Communities. Development. Sustainability. Fishermen.

COMUNIDADES DE PESCADORES TRADICIONALES Y VECTORES DEL DESARROLLO EN LA PLANIFICACIÓN COSTEIRA DEL RIO DULCE (ES, BRASIL) ENTRE 1980-2015

RESUMEN: El presente trabajo trae una discusión sobre algunas cuestiones inherentes a las 5 comunidades de pescadores tradicionales ubicadas en el litoral del municipio de Linhares, norte del Estado de Espírito Santo (Brasil). Nuestro objetivo fue analizar los impactos positivos y negativos de políticas públicas y privadas de desarrollo sostenible implantadas en las comunidades entre 1980 y 2015. Para ello se realizó una revisión de literatura, análisis documental, cobertura fotográfica y entrevistas abiertas con líderes de las comunidades de pescadores. Se concluyó que las actividades tradicionales (pesca, agricultura, ganadería y extractivismo) todavía se hacen presentes en las comunidades, pero que son fuertemente impactadas por vectores del desarrollo que llegan al territorio de forma muy incisiva y alteran los modos de vida de la población local. Tales vectores son representados por el conservacionismo estatal aliado a emprendimientos de economía sustentable, a la producción de hidrocarburos y a la expansión del sector turístico.

Palabras clave: comunidades. Desarrollo. Sostenibilidad. Pescadores.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma discussão acerca de algumas questões inerentes à formação histórica e desenvolvimento produtivo de 5 comunidades de pescadores tradicionais localizadas no município de Linhares, no litoral norte do Estado do Espírito Santo. É nesse município, o maior do Espírito Santo em extensão territorial, que se localiza a foz do rio Doce, uma das bacias hidrográficas mais importantes do Brasil. Em seu baixo curso, o relevo movimentado do território espírito-santense dá lugar a uma ampla planície costeira que se estende por mais de 100 km de extensão norte-sul (figura 1).

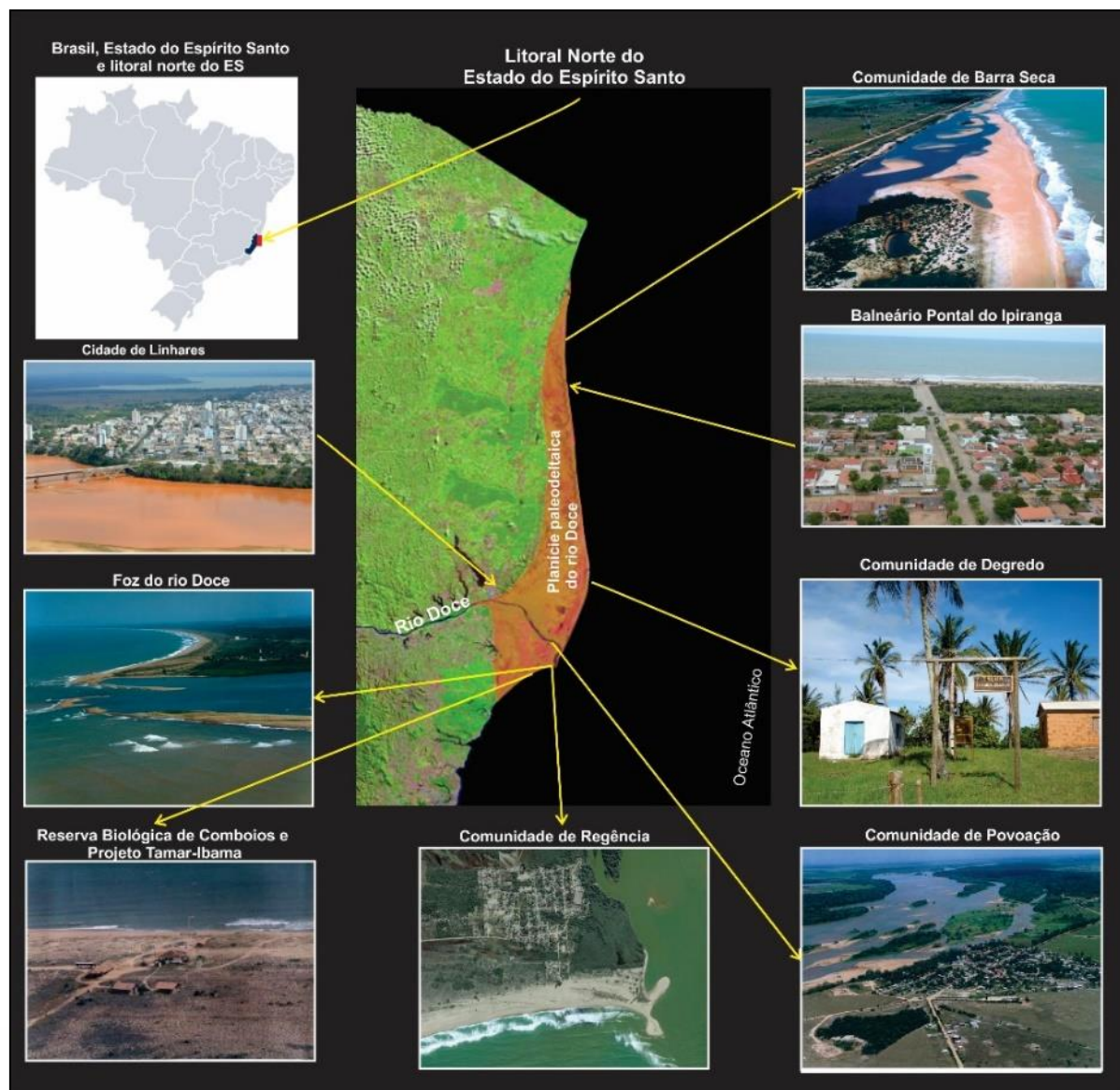


Figura 1: Litoral norte do Estado do Espírito Santo: Mosaico de imagens.
Org.: PORTUGUEZ, A. P. (2019). Fonte: Imagens diversas contidas em PORTUGUEZ (2010).

Nessa planície, encontram-se diversas comunidades rurais e litorâneas, dentre as quais se destacam 6 vilas de pescadores tradicionais. No município de Linhares encontram-se 5 delas: Regência, Povoação, Degredo, Pontal do Ipiranga e Barra Seca. No município de São

Mateus encontra-se a comunidade de Uruçuquara, na porção mais setentrional da planície páleodeltaica.

O termo “vila” aparece de forma bastante imprecisa na literatura. Em alguns textos denota categoria de hierarquização política da ocupação durante o período colonial, mas em diversos outros registros aparece apenas como uma referência às comunidades antigas ou tradicionais, que não fazem parte do perímetro urbano principal das cidades. Neste trabalho, adotamos uma concepção cultural de vila. Como as comunidades de pescadores estudadas assim se denominam, como constatado em trabalhos de campo, optamos por respeitar a autodesignação atribuída pelos moradores.

Também de caráter cultural é a autodesignação de “comunidade”. A literatura sociológica já produziu muitos estudos sobre este conceito e, ao que parece, o termo comunidade possui diferentes concepções (BAUMAN, 2003). Para este estudo, optamos pela utilização do vocábulo pelo fato de os moradores assim se reconhecerem como grupo e por entenderem que vivem em um território em comum.

As comunidades de Barra Seca e Uruçuquara são separadas apenas por uma ponte sobre um canal de drenagem, que inclusive presta-se a marcar a divisa municipal. Para efeito de nossas análises, abordaremos somente as 5 comunidades localizadas no município de Linhares, pois o recorte de um único município nos permite um olhar mais aprofundado sobre as incidências espaciais das políticas públicas municipais de meio ambiente.

Definimos como nosso objetivo, estudar alguns dos impactos positivos e negativos de políticas públicas e privadas de desenvolvimento sustentável implantados nas comunidades entre 1980 e 2015. Para tanto, partimos dos seguintes questionamentos: como algumas políticas ambientalistas (públicas e privadas) foram introduzidas na Planície Costeira do rio Doce e como elas atingiram positiva e negativamente, os moradores das comunidades pesqueiras?

Como marco temporal, trabalharemos com um período considerado de modernização da economia local, que vai desde o início da década de 1980 até 2015. Como este recorte do litoral brasileiro era pouco povoado e as comunidades pesqueiras viveram de forma isolada até a década de 1980, nossas análises levaram em consideração apenas os aspectos históricos da formação das vilas e os projetos implantados no território após 1980, quando a “modernização econômica” se fez mais presente no Estado do Espírito Santo. Antes de 1980 já existiam projetos públicos que impactaram a dinâmica socioambiental do litoral norte, mas foi a partir dos anos 1980 que ocorreu a densificação técnica desse território (Perrone e Moreira, 2005), o que justifica o recorte temporal escolhido para nossas análises.

O período estudado se encerra em 2015, quando um gravíssimo fato redirecionou as ações públicas e privadas de proteção do meio ambiente em toda a bacia do rio Doce. Trata-se da degradação ambiental decorrente da trágica contaminação da bacia devido ao rompimento de uma barragem de mineração ocorrido em 5 de novembro de 2015, na cidade de Mariana (MG). Toda a política ambiental para esse setor do litoral espírito-santense foi repensada após a crise ambiental de 2015. Dessa maneira, a tragédia de Mariana marca uma nítida ruptura temporal nas lógicas locais de desenvolvimento e conservação ambiental, o que justifica a delimitação de nosso marco temporal¹.

Para tanto, iniciamos nosso estudo delimitando o território para as nossas análises. Nosso interesse refere-se apenas às comunidades de pescadores tradicionais e seus entornos mais imediatos. Em um segundo momento, realizamos análise cartográfica, documental e revisão de literatura para nos embasar teoricamente. Adotamos como balizas, a premissas pós-estruturalistas críticas da Geografia ibero-brasileira, que valoriza o humanismo nas abordagens científicas.

¹ Considerações acerca desse, que é um dos maiores crimes ambientais do Brasil, serão realizadas posteriormente em outra publicação de nossa autoria, pois a pesquisa que trata do período pós 2015 ainda se encontra em andamento.

Também nos valem das premissas da Antropologia pós-estruturalista (ou pós-moderna) que utiliza como recursos de coleta de dados: a observação direta, o registro etnográfico de base memorial, as representações identitária, as fotografias de campo e a análise fenomenológica da cosmovisão das comunidades.

Estudos dessa natureza são relevantes, porque a Geografia brasileira tem mantido histórico silêncio em relação ao fenômeno da pesca e mais ainda em relação às comunidades de pescadores pobres (CARDOSO, 2007). Embora haja alguns textos importantes sobre as comunidades caiçaras no litoral da Região Sudeste, de modo geral, ainda são raras as pesquisas que abordam a vida e os territórios de comunidades litorâneas tradicionais. Dessa maneira, acreditamos que a presente contribuição aporta discussões teóricas e empíricas que contribuem para uma visão crítica e pertinente do tema eleito para nossas análises.

A formação territorial das comunidades de pescadores da planície costeira do rio Doce (1800 a 1980).

Para Figueiredo (2016), a formação territorial pode ser entendida como um processo complexo, que ao longo da história geopolítica e geoeconômica de um determinado recorte espacial, possibilitam a formação de territórios no qual as forças internas e externas de produção se (inter)interferem e dão, gradativamente, identidade ao jogo de forças que se instalam no espaço geográfico. Assim, os territórios são formatados e reformatados de acordo com a combinação de intensionalidades que ensejam os usos, a apropriação e a produção do espaço.

A análise documental e a revisão de literatura que realizamos para compreender a formação territorial das comunidades de pescadores da Planície Costeira do rio Doce nos mostrou que há certo silêncio entre os historiadores e geógrafos quanto às origens dos agrupamentos existentes na planície estudada. Ao que tudo indica, a ocupação colonial ocorreu de sul para norte, a partir do início do século XIX, da vila de Regência Augusta (atual Regência) para Povoação e Degredo. Barra Seca Teve início com a chegada de algumas famílias de pescadores por volta do final da década de 1970 e Pontal do Ipiranga surgiu como balneário planejado na década de 1990.

Segundo Reis (2003), em 1572, registrou-se a presença de índios sedentários na foz do rio Doce. Os portugueses procuravam ouro no interior do território da Capitania do Espírito Santo e, a partir desse período, houve interesse em proteger esta região com a instalação de um quartel. No final do século XVII, com a descoberta de veios de ouro na porção interiorana da colônia, atual estado de Minas Gerais, a navegação fluvial no rio Doce foi impedida, inviabilizando o crescimento das aldeias localizadas em suas margens. Ainda de acordo com Reis (2003), para repelir possíveis interessados em residir nas áreas que davam acesso aos locais de produção de ouro (o que obrigaria o governo a investir em infraestruturas), boatos assustadores foram espalhados de propósito, segundo os quais as margens do rio Doce eram insalubres, habitadas por índios canibais e o rio era habitado por monstros terríveis.

Com o declínio da mineração no final do século XVIII, a política de restrições começou a mudar quando D. Rodrigo José de Menezes, que governou Minas Gerais entre 1780 e 1783, escreveu uma carta para o Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo, informando que na opinião do vice-rei, não havia mais inconvenientes em povoar as terras próximas ao rio Doce. Autores como Saint-Hilaire (1974), Zunti (2000) e Reis (2003), relataram as dificuldades de se navegar no rio por causa de seu canal assoreado (consequência da atividade mineradora) e por causa de alguns trechos que apresentavam fluxos mais turbulentos. Soma-se a isso a grande dificuldade de controlar os barcos em sua foz, temida até pelos navegadores mais experientes.

São muitas as histórias de naufrágios na barra do rio Doce, que naquela época, final do século XVIII, era considerada extremamente violenta. Mesmo hoje, após séculos de assoreamento, os pescadores das vilas de Regência e Povoação temem a chamada “boca da barra”, considerada traiçoeira e intransponível durante ressacas e tempestades.

Desde o século XVI, quando os portugueses chegaram ao litoral norte do Espírito Santo, já se constatou que não seria fácil ocupar esse recanto do litoral brasileiro. Por um lado, a natureza desconhecida e desafiadora se impunha aos estrangeiros e, por outro, os constantes ataques dos índios (chamados de Botocudos), que tentavam defender seus territórios da apropriação portuguesa, produziam disputas sangrentas e intermináveis. Segundo Reis (2003), os conflitos entre portugueses e nativos pôs fim à vida de milhares de Botocudos.

A ocupação do vale do rio Doce foi financeiramente cara e de difícil planejamento, porque, para garantir a navegação era necessário abrir um caminho que ligasse o litoral ao interior, acompanhando as margens do rio. Ao longo do percurso, quartéis de defesa seriam construídos para proteger os barcos e os viajantes. Assim surgiu uma série de destacamentos militares, entre eles o de Regência Augusta (atual Regência), em torno do qual foi instalada a primeira comunidade da região investigada.

O ilustre naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire visitou a sede da Regência Augusta em 1818, o que, segundo Reis (2003) indica a sua instalação em data anterior, provavelmente em 1800, por ordem do governador da província D. Antônio Pires da Silva Pontes. Em seus relatos, Saint-Hilaire (1974, p.79) afirma que naquela época existia no local onde hoje se encontra a vila de Regência, apenas uma cabana isolada mantida por 5 homens e que seu comando ficava a cargo de um soldado.

Por outro lado, a navegação no rio Doce, propriamente dita, entre o porto fluvial de Regência Augusta e as vilas e cidades do interior, desenvolveu e trouxe, no início do século XX, ares de prosperidade para seus moradores. Em 15 de novembro de 1899, foi inaugurado o antigo Farol do Rio Doce, na margem norte da foz, sendo transferido para a margem sul em 1907 (Zunti, 2000). Todo esse movimento gerou benefícios para a vila de Regência Augusta, que prosperou como pólo comercial a ponto de se tornar mais competitiva do que a sede municipal, Linhares, onde o parque comercial era ainda menor. Mesmo assim, com a inauguração da estrada que liga o norte ao sul do Estado, hoje integrada ao eixo da rodovia BR 101, a navegação entrou em declínio e a vila de Regência deixou de prosperar. Segundo Novaes (1969), em 1954, quando a ponte Getúlio Vargas foi construída e inaugurada no rio Doce, em Linhares, a hidrovía tornou-se dispensável.

Segundo Reis (2003), em 1936, após uma grande inundação, o Rio Doce abriu uma nova barra e as águas estavam rapidamente erodindo a área onde a aldeia de Regência Augusta foi instalada. Desta forma, a atual vila, chamada apenas de Regência, é uma reconstrução. As antigas edificações da época áurea da economia local foram perdidas nesse processo.

Até 1980 a vila de Regência permaneceu isolada e esquecida. Foi a partir deste momento que um novo momento de prosperidade, muito lento, mas contínuo, trouxe novas esperanças para sua população.

A pesca artesanal, a agricultura e a pecuária de subsistência foram historicamente as estratégias de sobrevivência que se mantiveram em todos os períodos, mesmo após a decadência da navegação pelo rio Doce. No entanto, a partir da década de 1980, agentes externos à vila introduziram novos usos para aquele espaço: a preservação da natureza, a exploração de hidrocarbonetos e o turismo.

Estas atividades econômicas logo se converteriam em novas estratégias de sobrevivência, ora possibilitando o empreendedorismo local (como foi o caso do turismo), ora gerando oportunidades de ocupação para o morador da vila de modo mais marginal, cabendo-lhe apenas o papel de espectadores no processo produtivo (como é o caso da exploração de hidrocarbonetos).

Em termos cronológicos, Regência é a vila mais antiga. A ocupação do espaço ao norte do rio Doce, entre as vilas de Povoação e Barra Seca, se deu em período bem posterior. Via de regra, são comunidades que se formaram na segunda metade do século XX, ainda que umas poucas famílias tenham chegado em Povoação no início do século XIX. De fato, o aumento populacional das mesmas datam da década de 1980 em diante.

Zunti (2000) averiguou que o Príncipe renano Maximilian Alexander Philipp Zu Wied-Neuwied, ao visitar o Brasil no início do século XIX, deixou algumas importantes impressões sobre as terras localizadas ao norte do rio Doce. Em 1815, o nobre germânico observou a existência de um forte guardado por sete soldados, em localidade próximo à praia, duas léguas ao norte da margem esquerda da foz do rio Doce. Segundo ele, os militares que cuidavam do Forte Monsarás viviam de plantações de subsistência realizadas no local. Este forte deu origem à atual vila de Povoação.

As fontes consultadas indicam que os primeiros habitantes chegaram em Povoação na mesma época em que o Quartel de Regência Augusta foi fundado. No entanto, naquela época não existia nada no local além de uns pequenos plantios mantidos por umas poucas famílias, que são consideradas pioneiras na ocupação daquele local.

Delpupo (2004) realizou uma pesquisa com técnicas de história oral na vila e registrou uma série de dados inéditos sobre a história de Povoação, sobretudo no que se refere à produção de cacau em seu entorno. Apurou que em 1880 ocorreu o primeiro plantio de cacau em Linhares, em área próxima ao núcleo principal, na margem direita do rio Doce. Lentamente, o cacau foi ganhando espaço nas margens do grande rio, chegando ao entorno de Povoação onde ainda hoje há uma grande quantidade de antigas sedes de fazendas cacauceiras (COSTA, 1989).

Os depoimentos registrados com base na oralidade local, sinalizam que no início do século XX, Povoação tinha apenas duas ruas, onde se contava não mais que uma centena de casas. Por sua vez, também valendo-se de metodologias qualitativas, Rosenthal (2003) coletou algumas informações importantes sobre os costumes comerciais de Povoação em meados do século XX. Naquela época, a população das áreas ao norte da foz do rio Doce, incluindo as primeiras famílias da atual vila de Degredo, passaram a levar para lá os frutos do seu trabalho: caças, pescado e farinha de mandioca. O transporte era feito pela praia em lombo de burros, ou a pé.

O incremento do comércio em Povoação era vantajoso, pois antes de comercializarem seus produtos ali, todas as mercadorias eram levadas pelos produtores de Degredo para cidade de São Mateus, ao norte, em viagens de barco que duravam dois dias e duas noites (Rosenthal, 2003). O transporte de pessoas e cargas se fazia preferencialmente por navegação à vapor, ainda que uma trilha permitisse a passagem de pessoas e animais de montaria e carros de boi.

Delpupo (2004) apurou que após a desinstalação dos vapores, as canoas motorizadas passaram a ser utilizadas na vila e só em 1949 as estradas foram abertas. Explicou que na atualidade, a maioria das pessoas vive da agricultura, da pecuária e da pesca e que foi a partir da década de 1980, que a cacauicultura perdeu importância para a vila, em função dos preços baixos e de doenças nas lavouras. Atualmente, as margens da estrada que liga Povoação à sede de Linhares conservam muitas propriedades produtivas. Elas pertencem a personalidades importantes da sociedade linhareense e são importantes fontes de emprego e renda para muitos moradores de Povoação.

Degredo é, atualmente, uma comunidade rural formada por umas poucas famílias que vivem em sítios e fazendas ao longo de uma extensa faixa litorânea entre as vilas de Povoação e Pontal do Ipiranga. No passado, essa comunidade era muito ligada à Povoação e Regência, mas na atualidade, Pontal do Ipiranga exerce polarização sobre ela.

Na franja litorânea entre a comunidade de Povoação e Pontal do Ipiranga, inclusive na parte onde moram os atuais pescadores e agricultores da comunidade de Degredo, existe uma grande quantidade de lagoas: Monsarás, Salsa, Martins, das Cacimbas, dos Tocos e outras, inclusive algumas sem nomes oficiais. Estas lagoas podem ter oferecido os recursos necessários à sobrevivência de antigos indígenas destribalizados, agricultores e colonos de sesmarias criadas naquelas vizinhanças. Índícios desta possibilidade foram deixados por Almeida (1959), que fez referências a pequenas aglomerações humanas no entorno da lagoa de Cacimbas, que se localiza ao norte de Povoação e ao sudoeste do que atualmente corresponde às terras de Degredo.

Embora registros históricos mostrem que algumas famílias habitavam a franja litorânea desde o final do século XIX, pode-se dizer que a atual configuração geográfica de Degredo se iniciou nos últimos anos da década de 1960. Ipiranguinha, como era conhecida a

região, apresentava uma geografia bem diferente da atual, com imensas áreas alagadas e muitas lagoas, algumas bem pequenas e outras muito extensas. Segundo Rosenthal (2003), a partir de 1967 foram criadas medidas governamentais para ocupação das terras ao norte do rio Doce, em uma região conhecida como *vale do Suruaca*. Havia naquela época, interesse em fazer concessão de lotes para incentivar o povoamento e a produção agrícola na região.

Entre 1965 e 1970, o DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento realizou obras para drenar o vale do Suruaca e, assim, ampliar a área agricultável. Este fato provocou profundas transformações na paisagem, produzindo problemas ambientais de grande gravidade. Na década de 1970, verificou-se em Degredo a ampliação de algumas propriedades rurais, uma vez que as águas dos terrenos pantanosos eram drenadas por meio dos canais construídos pelo DNOS. Ocorreu também a doação de algumas glebas de 20 alqueires em terras devolutas para algumas famílias de agricultores (Rosenthal, 2003).

Aos poucos, Degredo foi se tornando uma localidade com população dedicada à agricultura e a pesca, vivendo em casas isoladas na paisagem como consequência do processo histórico que lhe deu a atual configuração espacial. Segundo Rosenthal (2003)², em 2003 a população de Degredo era de cerca de 600 pessoas, sendo 200 menores de 16 anos. Cerca de 50% das propriedades rurais possuíam até 50 alqueires³; 30% das propriedades eram de tamanho mediano, com dimensões entre 20 e 100 alqueires. 20% das propriedades são consideradas grandes, com mais de 100 alqueires. Ao todo, soma-se 65 propriedades rurais.

As comunidades de Pontal do Ipiranga e Barra Seca são novas, posteriores aos anos 1980, marco temporal que aprofundaremos nesse estudo. Dessa maneira, podemos dizer que os processos históricos responsáveis pela formação territorial das vilas mais antigas não se aplicam a essas duas últimas, que se formaram já na lógica da modernização contemporânea do litoral norte.

O balneário Pontal do Ipiranga é inquestionavelmente, o mais famoso e polêmico loteamento turístico-residencial de Linhares. Ao contrário das vilas mais antigas, o balneário não se constituiu lentamente em períodos históricos amplos. Não se trata de um local onde vivia uma comunidade que foi crescendo com o passar dos séculos. Pontal do Ipiranga é recente; foi pensado, planejado, implantado no final da década de 1980 e inaugurado no ano de 1990, seguindo-se lógicas altamente comprometidas com interesses políticos vigentes no município naquele período.

Embora umas pouquíssimas família caboclas⁴ já vivessem no local, a ocupação da área se deu por meio de decisão política e com o apoio da classe média do município, que desejava ter um acesso mais exclusivo ao mar. Pontal do Ipiranga foi idealizado em um momento de transição nas políticas públicas de incentivo ao turismo sustentável no Brasil. Após a Constituição de 1998 e, sobretudo por ocasião da segunda Conferência das Nações Unidas para Assuntos de Meio Ambiente – Rio-Eco 1992, as ações governamentais ganharam forte conotação ecológica. Surgiram no Brasil algumas experiências de planejamento supostamente de base ecológica, dentre as quais Pontal do Ipiranga pode ser citada como um dos exemplos.

Segundo Zunti (2000, p. 180), foi no mandato do Prefeito Luiz Cândido Durão⁵ que se elaborou o “Projeto turístico-ecológico para o balneário Pontal do Ipiranga, mantendo uma faixa de preservação de 300 metros de restinga⁶ ao longo do litoral, com abertura de acessos à praia”. Entretanto, contrariando os discursos políticos, lê-se na obra de Nascimento (1994) que

² Dados obtidos na Associação de Moradores da comunidade.

³ Unidade de medida agrária que, no Brasil, varia de Estado para Estado. No Espírito Santo, um alqueire mede entre correspondente a 176m².

⁴ Termo utilizado localmente para designar os descendentes de índios destribalizados ou mestiços com descendência indígena.

⁵ Luiz Cândido Durão foi prefeito de Linhares em dois momentos. Seu primeiro mandato foi entre os anos 1979 e 1982 e o segundo, entre 1989 e 1992.

⁶ Restinga é uma expressão utilizada no Brasil para designar faixas arenosas de construção marinha recente, formando ilhas alongadas ou faixas arenosas que separam as águas do mar das lagoas ou lagoas. A vegetação que se desenvolve sobre estes terrenos é chamada de *mata de restinga* (Guerra, 1989, p. 372).

Anderson Pereira Portuquez. Comunidades de pescadores tradicionais e os vetores do desenvolvimento na planície costeira (...).

sob todos os aspectos da Geografia Física, o balneário era um gigantesco e irreversível erro, que a autora intitulou de “paraíso *antiexemplar*”.

Segundo Araújo et al (2000), pelo projeto original, Pontal do Ipiranga deveria ter 70 quadras e 1680 lotes. Após o final do primeiro mandato do Sr. Durão, em 1982, o projeto foi abandonado pelos prefeitos que o sucederam. Ao reassumir a Prefeitura em 1989, as obras do loteamento foram imediatamente retomadas, após a atualização do projeto. Nova onda de embargos surgiram, desta vez não mais em função de perseguições políticas, mas sim devido ao caráter impactante do empreendimento. Segundo Nascimento (1994), a emergência do ambientalismo no Brasil fortaleceu as correntes contrárias ao balneário, que estava sendo construído em uma área de paleoprogradação deltaica⁷, com especificidades físicas e ecológicas próprias.

As obras eram caras. Luiz C. Durão se impôs politicamente e chegou a ser ameaçado de prisão por insistir nas construções, contrariando as determinações dos órgãos oficiais de proteção ambiental. O balneário foi inaugurado em 1990 (ZUNTI, 2000).

Aos poucos, algumas famílias foram fixando residência no balneário, o que levou a Prefeitura a investir em infra-estrutura: escolas, saneamento, calçamento de avenidas e outros. Entre estes novos moradores, alguns são pescadores que decidiram fixar residência no balneário. Criou-se, assim, uma forte segregação no contexto da planície, pois as demais vilas ainda hoje sofrem com carências de infraestruturas que foram rapidamente instaladas em Pontal do Ipiranga, o que agradou muito a classe média municipal, mas trouxe descontentamentos para as lideranças das vilas vizinhas.

Pontal do Ipiranga, por ocasião de sua implantação, provocou muitas outras polêmicas que não foram de um todo resolvidas até os dias de hoje. Muitos ambientalistas, inclusive geógrafos, fizeram projeções sobre as tendências de uso e ocupação do espaço na porção norte da Planície Costeira do rio Doce.

Após a consolidação da primeira etapa do loteamento, pensou-se em expandir Pontal do Ipiranga para o norte e, deste modo, criou-se uma segunda frente de ocupação. Para Portugal (2010), a construção de segundas residências está expandindo o volume de casas de temporada na franja litorânea, criando a tendência de tornar as comunidades de Pontal do Ipiranga, Barra Seca e Uruçuquara, uma única área urbanizada de aproximadamente 15 quilômetros de extensão norte-sul.

Barra Seca é uma comunidade ainda pequena, mas que vem sendo apropriada pelo turismo de massa, por meio da especulação imobiliária que se impõe desde Pontal do Ipiranga. O fato de ser a vila mais próxima do grande loteamento turístico levou para a comunidade, uma série de novos proprietários de casas de temporada.

Esta típica comunidade de pescadores vem crescendo muito nos últimos anos. A praia de naturismo de Barra Seca é uma das mais importantes do país. Possui fluxo controlado e o acesso se dá por travessia de barco no rio Ipiranga. A vila possui menos de duas centenas de residências, muitas das quais pertencentes a turistas que moram em Vitória, municípios do norte capixaba e mesmo de Linhares.

Modo de vida e subsistência das comunidades de pescadores da Planície Costeira do rio Doce entre 1980 e 2015

Os trabalhos de campo que realizamos na Planície Costeira do rio Doce nos revelou que, tradicionalmente, algumas atividades produtivas vivas no tempo presente são praticadas desde o século XIX, ora possibilitando unicamente a subsistência, ora permitindo a comercialização de excedentes.

⁷ Ampliação da planície costeira por meio de processos naturais de ampliação de praias e acumulação de sedimentos em fundos de lagoas e lagunas. Em relação ao rio Doce, não há consenso entre os pesquisadores, pois há correntes que defendem a existência de um delta em progradação e outra corrente que afirma que a planície costeira guarda em seu interior os restos do paleodelta.

Anderson Pereira Portugal. Comunidades de pescadores tradicionais e os vetores do desenvolvimento na planície costeira (...).

Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium.

Ituiutaba, v. 10, n. 1, p. 77-93, jan./jun. 2019.

Página | 84

Um estudo bem aprofundado da economia tradicional da planície foi realizado por Portuguez (2010), que analisou detidamente as estratégias de sobrevivência das comunidades localizadas no litoral linhareense. Para o autor, a expressão “estratégias de sobrevivência” se refere às atividades produtivas que asseguram a existência das comunidades de pescadores e seus modos culturais mais tradicionais. Além de proporcionar o sustento das famílias por meio do trabalho, as estratégias de sobrevivência ocasionalmente originaram instituições sociais⁸ que congregam os moradores das vilas e os mobilizam em favor de lutas por melhores condições de vida e de uma distribuição mais equitativa da renda.

As comunidades estudadas se localizam a dezenas de quilômetros do núcleo citadino mais próximo. O histórico isolamento territorial fez com que os moradores desenvolvessem atividades que assegurassem minimamente o sustento das famílias, assim como a reprodução de relações humanas pautadas em tradições locais e uma moral cristã popular, bastante consolidada nas vilas mais antigas.

A fé popular, objeto de estudos ricos, como o publicado por Reis (2003), mescla elementos míticos locais com tradições caboclas e com o catolicismo oficial. Cria-se, assim, um território cultural onde as atividades cotidianas (plantio, colheita, pesca, festas, lazer e outras) são fortemente permeadas por uma religiosidade popular formada a partir de hibridização de diferentes matrizes étnico-raciais.

Os modos de vida seriam, nesta perspectiva, o conjunto de traços identitários destes grupos, que se expressam em suas rotinas laborais, seus saberes e fazeres, seus códigos de conduta e nas instituições comunitárias surgidas de iniciativas locais de cooperação. Abordagem semelhante à que realizamos, foi feita por Braconaro (2011) ao pesquisar o fenômeno da pesca na bacia do rio Araguari (MG). Sobre este conceito, o autor asseverou que os modos de vida tratam de elementos concretos e abstratos da vida cotidiana. Concluiu lembrando que além se tratar de um conceito mutável no tempo e no espaço, ele abarca relações históricas e sociais constituídas a partir da relação da sociedade com o meio.

No cerne da Geografia Cultural de base pós-estruturalista, abordagem que utilizamos em nossas pesquisas, os modos de vida são de fundamental importância para se entender a produção econômica caracterizada pela baixa densidade técnica. Esta forma de sobrevivência pouco interessa ao modo de produção capitalista pelo fato de não acumular e reproduzir riquezas.

Para Claval (1997), a noção de modo de vida possui uma dimensão ecológica, pois serve (também) para mostrar como os grupos humanos se adaptam aos ambientes desafiadores, ao mesmo tempo em que revela suas dimensões sociais e culturais.

Dito isto, cabe passar à descrição das principais atividades produtivas consideradas tradicionais, que marcaram a história das vilas antes do período de modernização pós anos 1980. Os dados aqui apresentados foram coletados diretamente em campo durante as incursões que realizamos para a produção deste estudo. Vejamos o panorama identificado:

A primeira e mais importante atividade tradicional é a pesca artesanal. Ela é praticada ainda hoje em todas as 5 comunidades pesquisadas, embora com menos importância para Pontal do Ipiranga. Caracteriza-se, segundo Ramalho (2004) pelo emprego de instrumentos e barcos rudimentares, muitos feitos ou reparados nas comunidades ou em áreas próximas. Os pescadores produzem artesanalmente parte de seu instrumental de trabalho e os resultados da pesca são modestos se comparados com a pesca comercial moderna.

Esta é a atividade tradicional mais importante, que deu origem a algumas das aglomerações humanas do litoral norte capixaba. É praticada desde tempos imemoriais pelos indígenas, sobretudo Botocudos, que ocupavam a planície. Encontra-se em declínio, pois as dificuldades financeiras e técnicas são muitas. Há limitações de ordem política e econômica que atravancam a manutenção da pesca em escala regional. Teve seu auge por volta dos anos

⁸ Associações de moradores, associações de pescadores, associações de artesãos, associações de mulheres, associações de comerciantes, ONGs, agências comunitárias de desenvolvimento e outros.

Anderson Pereira Portuguez. Comunidades de pescadores tradicionais e os vetores do desenvolvimento na planície costeira (...).

Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium.

Ituiutaba, v. 10, n. 1, p. 77-93, jan./jun. 2019.

Página | 85

1960. Atualmente, embora as vilas se autodenominem “de pescadores”, estes são poucos, não ultrapassando 10% da população adulta da planície.

Por sua vez, a agricultura de subsistência, que também é praticada em todas as comunidades, é, sem dúvidas, a atividade mais marcante na paisagem das vilas. O mercado municipal é distante, o que favorece a produção caseira, sobretudo de mandioca, temperos, algumas verduras, milho e frutas. As tradições de plantar para comer são fortes em todas as comunidades. Os pequenos plantios podem ser vistos nos pátios das escolas, nos fundos de quintais, nas calçadas, nos terrenos desocupados e até mesmo em meio à mata nativa. Não gera excedentes, mas assegura alimento para quem os cultiva e, ocasionalmente, permitem trocas comerciais em escala local.

A pecuária extensiva, comum ao entorno de todas as vilas pesquisadas, é periférica às comunidades. É predominantemente extensiva, com criações de portes variados de gado leiteiro e caprinos. O solo arenoso, de origem marinha, não permite o cultivo de pastagens fartas. Emprega muitos moradores da planície, inclusive membros das comunidades estudadas. É, portanto, uma atividade que gera emprego para os descendentes de pescadores mas que não é empreendida por eles. É praticada desde o início do século XIX, quando algumas criações de porcos foram registradas em diários de viajantes.

O extrativismo ocorre, basicamente, em Degredo desde os tempos da ocupação indígena. Sempre esteve relacionada às ervas da restinga, madeira, caça e coleta de ovos de pássaros e tartarugas. Atualmente, refere-se sobretudo à extração de madeira para fogões caseiros, pimenta-rosa e plantas ornamentais, como bromélias, por exemplo. A prática extrativa dos índios Botocudos foi mantida pelos caboclos até os dias atuais como um traço da cultura local.

Estas atividades possuem territorialidades bem marcantes e produzem paisagens culturais bem características. Fazem parte da vida cotidiana das famílias, sobretudo de Regência, Povoação e Degredo, que são as comunidades mais antigas. Atualmente, o turismo de base ecológica se utiliza dessas paisagens para atrair e entreter turistas vindos das cidades mais próximas e da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Por volta da década de 1980, estas atividades passaram a dividir espaço com os novos vetores do desenvolvimento, que chegaram ao território transformando significativamente os modos de vida ali existentes. O turismo, a produção de hidrocarbonetos, a especulação imobiliária, as políticas públicas de proteção ambiental e outras atividades, trouxeram a reboque uma série de novas densidades para as vilas, o que ocasionalmente resultou em graves disputas ideológicas e territoriais.

Por se tratar de um território cultural tradicional, a Planície Costeira do rio Doce apresenta fragilidades sociais altamente vulneráveis às pressões exercidas pela chamada modernização econômica. E diante de um futuro incerto, que mesclava promessas de uma vida melhor com a perda de territórios e saberes ancestrais, as comunidades se viam, até 2015, diante de dilemas cruciais. As incertezas se agravaram após o rompimento da barragem de rejeito de minérios em Mariana, o que é, como já dito, tema de estudos em curso.

A modernização econômica (1980-2015) e o discurso da sustentabilidade como pressuposto para um novo modelo de desenvolvimento.

Para Figueiredo (2016), a análise da formação territorial de um determinado recorte geográfico deve levar em consideração não apenas as forças internas, que dão dinamismo doméstico ao território, mas também a sua conectividade externa, o que exige um olhar direcionado também às suas externalidades.

Até a década de 1980, como visto até este momento, a pesca, a agricultura, o extrativismo, a pecuária extensiva e outras atividades de subsistência funcionaram como estratégias de produção das comunidades de pescadores da Planície Costeira do rio Doce. A

conectividade externa deste território pesqueiro era, até então, frágil, fragmentada, sazonal e insuficiente para inserir as comunidades em circuitos econômicos rentáveis.

Santos e Silveira (2000) afirmaram que a análise especial necessita levar em consideração não só a distribuição da divisão do trabalho, mas também os circuitos espaciais da produção. Para os autores “estes são definidos pela circulação de bens e produtos, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território” (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 143).

Para Portuguez (2010), os movimentos econômicos das comunidades estudadas antes de 1980 eram tímidos, pois pretavam-se a uma lógica de sobrevivência e existência, sem a potencialidade de acumulação que viria nas décadas seguintes.

Ao longo do tempo, cada lugar é alvo de sucessivas divisões do trabalho. Mas esse mesmo lugar visto num corte temporal, isto é, num momento dado, acolhe simultaneamente várias divisões do trabalho. Como estas não se realizam independentemente dos fluxos, superpõe-se nele diversos circuitos de produção. Cria-se, assim, solidariedades entre elementos novos e herdados. Formas antigas de armazenagem convivem com modernas formas de cultura e com novas formas de transporte e assinalam, a cada momento histórico, distintas combinações técnicas e sociais do trabalho (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 144).

Tal dinâmica foi, como visto, claramente configurada na Planície Costeira do rio Doce, que acumulou ao longo do tempo os resultados de diferentes atividades produtivas de baixa concentração técnica que ali foram desenvolvidas. O que ocorreu a partir da década de 1980 foi um rápido processo de apropriação territorial por parte de agentes políticos e do capital hegemônico, o que redesenhou uma série de relações sociais, culturais e de produção em escala regional.

A atividades econômicas que chegaram ao território das comunidades com o discurso da modernização sustentável dos anos 1980-1990 provocaram mudanças muito significativas na vida cotidiana. Muito rapidamente as comunidades foram inseridas precariamente nos circuitos superiores da economia, mas seus territórios passaram a ter novos vetores de promoção do desenvolvimento que não mais se vinculavam à subsistência, mas sim à acumulação do capital (PORTUGUEZ, 2010).

Por um lado, as atividades de subsistência resistiram e, como já ensinado por Santos e Silveira (2000), passaram a conviver com os fluxos de novas engrenagens de produção, qual sejam: o turismo, a produção de hidrocarbonetos, a especulação imobiliária e o que podemos chamar genericamente de investimentos em sustentabilidade ecológica.

As lideranças comunitárias estão se mobilizando para tirar proveito desta fase de crescimento econômico. A modernização econômica surgiu como promessas de melhoria da qualidade de vida em escala local. Entretanto, como já apontado por Portuguez (2010), a baixa qualificação e baixíssima escolarização da população local são fatores que dificultam a absorção dos trabalhadores locais pelas chamadas atividades modernizadoras.

O turismo é praticado em todas as comunidades da área pesquisada. Em Regência, vincula-se ao discurso ambientalista do Projeto Tamar-Ibama⁹ e ao potencial de suas praias para a prática do *surf*. De forma mais discreta, ocorre também em Povoação e Degredo onde as dificuldades de acesso e circulação pelas rodovias traz entraves à ocupação turística do território. Porém, nas comunidades de Pontal do Ipiranga e Barra Seca o fluxo de turistas é bem maior e a presença do capital externo às comunidades é nítido. A oferta de serviços

⁹ Segundo a Fundação Pró-Tamar (2000), o Projeto Tamar surgiu em 1980 para proteger espécies marinhas que habitam a costa brasileira, em especial as tartarugas marinhas. É reconhecido internacionalmente e atualmente está vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

Anderson Pereira Portuguez. Comunidades de pescadores tradicionais e os vetores do desenvolvimento na planície costeira (...).

Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium.

Ituiutaba, v. 10, n. 1, p. 77-93, jan./jun. 2019.

Página | 87

turísticos nas duas últimas comunidades é considerada bem amadurecida e com reprodução concentrada dos benefícios.

De modo geral, pode-se dizer que o turismo começou a se desenvolver na década de 1980 após as atividades do Projeto Tamar-Ibama tornarem as praias da foz do Doce famosas pela grande ocorrência de desova de tartarugas marinhas. A vida pacata nas comunidades, as festas populares e o potencial local para esportes praianos também contribuíram. Atualmente o turismo é, sem dúvidas, uma das atividades mais dinâmicas em escala regional.

Embora o turismo tenha oportunizado empregos para a comunidade, por absorver mão de obra menos qualificada para serviços de menor complexidade, ele também trouxe uma série de desafios, pois os investidores (verdadeiros beneficiados) são, em sua maioria externos às comunidades. As práticas de lazer e turismo se vinculam a um discurso de proteção da natureza, mas ocorre de maneira massiva e sem planejamentos que de fato levem em consideração as necessidades das comunidades e da natureza.

Existem várias ações de educação ambiental nas comunidades, geralmente incentivando a sensibilização ecológica nas escolas e em centros de visitação do Projeto Tamar-Ibama. Porém, o caráter massivo do turismo causa impactos notórios, associados à poluição, descarte inadequado de resíduos, pressão social sobre a oferta de água potável e outros.

Mesmo assim, nas pesquisas realizadas por Portuguese (2010) o turismo apareceu como a promessa de desenvolvimento que mais empolgou a população entrevistada pelo autor. Mais de 95% da população acreditava que, no futuro, será a atividade que de fato trará prosperidade e boa qualidade de vida para os moradores da planície.

O petróleo e o gás natural começaram a ser explorados no litoral norte no final das décadas de 1960. Porém, foi nas décadas de 1980 e 1990 que de fato se tornaram importantes para o Espírito Santo e de seus municípios do norte. Na Planície Costeira do rio Doce ocorre produção tanto em terra firme, quanto no oceano, o que exigiu a instação de poços de produção, estações de tratamento de gás e algumas plataformas marítimas de produção.

As grandes estruturas de produção podem ser vistas em Regência, em Povoação, em Pontal do Ipiranga e em Barra Seca. É interessante observar que a principal operadora de hidrocarbonetos no Brasil é a Petrobrás, empresa de capital mixto que atua também na Planície Costeira do rio Doce. Lá, a Petrobrás tem empreendido uma série de ações em nome da sustentabilidade e de uma produção ecologicamente sustentável¹⁰. Porém, o fato é que além de ser uma atividade com elevado potencial poluidor, o petróleo e o gás natural exigem para si, trabalhadores qualificados, o que não condiz com o perfil populacional ali existente (DELPUPPO, 2004).

As áreas produtoras de hidrocarbonetos, em nome da segurança coletiva, possuem acesso restrito, o que desvincula a população local de tais estruturas. São estabelecimentos bem estruturados, que destoam por completo das atividades tradicionais, que por sua vez são simples e íntimas da população residente. A Petrobrás, porém, investe em diversas ações nas comunidades, sobretudo nas áreas de educação ambiental, cultura, educação formal e organização social (WEBER e HERKENHOFFM, 2007).

Durante as entrevistas que realizamos, os trabalhadores se queixaram de restrições às suas tradicionais áreas de pesca. O risco de acidentes ambientais decorrentes do contato das embarcações pesqueiras com tubulações e plataformas faz com que as áreas de exploração de petróleo e gás se tornem inacessíveis aos pescadores que vivem na região há muitas gerações.

Tanto o turismo, quanto a produção de hidrocarbonetos, encontraram no discurso da sustentabilidade a roupagem que desejavam para construir, para si, uma imagem de grande positividade junto à opinião pública. A década de 1990, em especial, foi profundamente marcada pela inserção de políticas públicas e privadas de ações de defesa do meio ambiente na Planície

¹⁰ Observamos em campo que cada empreendimento, cada discurso criou para si, uma concepção intuitiva do que venha a ser sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. De fato estes conceitos são complexos, mas o que se viu foi uma profusão polimorfa de ideias desconectadas, que geralmente se resumem na noção de promoção do crescimento econômico com proteção ambiental e da sociedade local.

Anderson Pereira Portuguese. Comunidades de pescadores tradicionais e os vetores do desenvolvimento na planície costeira (...).

Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium.

Ituiutaba, v. 10, n. 1, p. 77-93, jan./jun. 2019.

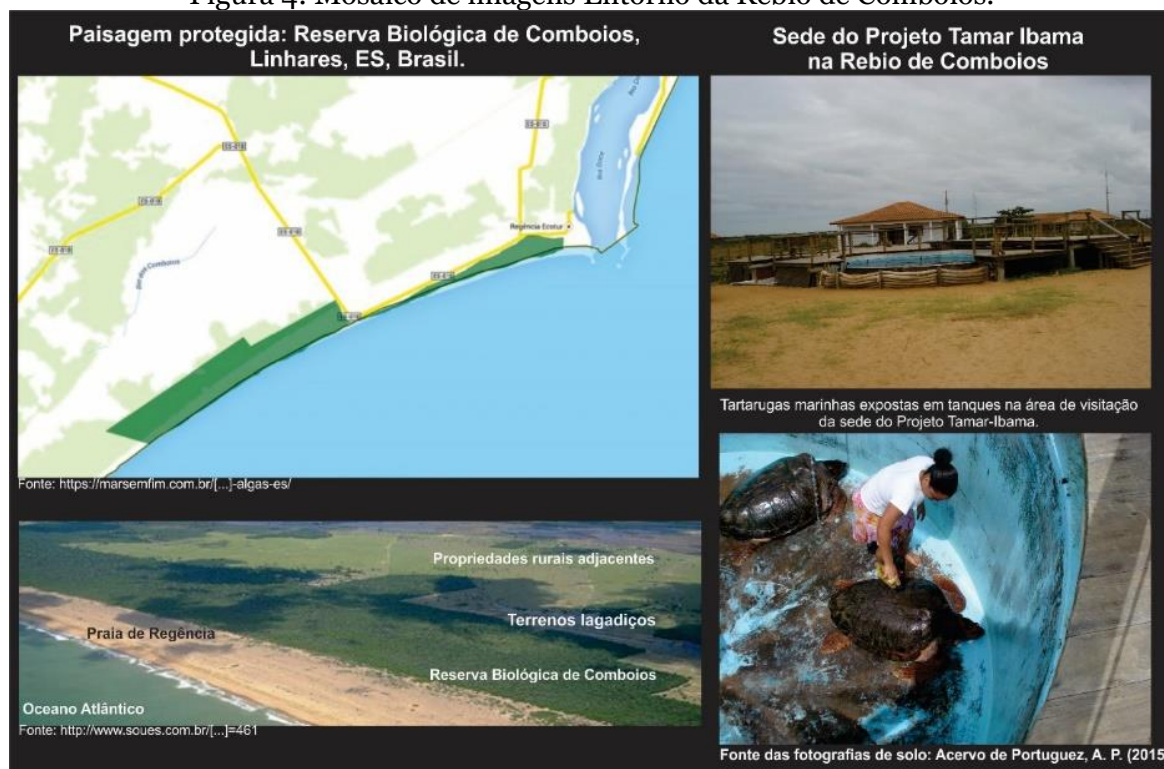
Página | 88

do Rio Doce, embora o Projeto Tamar Ibama já atuasse na foz do rio desde o início dos anos 1980.

O Projeto Tamar-Ibama iniciou suas atividades como uma organização independente, que posteriormente foi absorvida pelo Governo Federal. Seu principal objetivo é proteger espécies marinhas ameaçadas de extinção, sobretudo as 5 espécies tartarugas que desovam no litoral do Brasil. Aliás, a maior destas espécies, chamada de tartaruga gigante (*dermochelys coriacea*) desova unicamente na praia da vila de Regência (FUNDACIÓN PRO TAMAR, 2000).

Por este motivo, ali foi criada a Reserva Biológica de Comboios¹¹, Unidade de Conservação de altíssimo grau restritivo, qe após ser criada gerou para a população local e turistas, impedimentos de acesso a boa parte do território. Apesar de ter ocorrido alguns conflitos no início das operações da Rebio de Combios, atualmente a população local apoia as ações protetivas e não consome mais a carne de tartaruga (FUNDACIÓN PRO TAMAR, 2000).

Figura 4: Mosaico de imagens Entorno da Rebio de Comboios.



Fonte: Fotografias de acervo de campo (2015). Imagem aérea e ilustração cartográfica disponível nos sites marsemfm.com.br e soues.com.br. Acessados em 16/05/2019. Organização: Portuguez, A. P. (2019).

Muitos empreendimentos ligados ao turismo ecológico (pousada, restaurante, fábrica de lembranças e camisetas, entre outros) foram criados para que a população local passasse a ter renda e, assim, pudesse ter seu sustento assegurado, uma vez que não poderiam mais capturar tartarugas e ovos para vendas ocasionais e consumo cotidiano.

¹¹ A REBIO - Reserva Biológica de Comboios, foi regulamentada pelo Decreto Federal nº. 9.022, de 25 de setembro de 1984. Localiza-se entre o nordeste do município de Aracruz e o sudeste do município de Linhares, em uma área de 836,39 hectares. Sua sede está localizada a 7 km da vila de Regência, em conjunto com o Projeto Tamar-Ibama, que desenvolve atividades de pesquisa e educação ambiental, visando a restauração do ciclo de vida das tartarugas marinhas no litoral brasileiro (PORTUGUEZ, 2010).

Anderson Pereira Portuguez. Comunidades de pescadores tradicionais e os vetores do desenvolvimento na planície costeira (...).

Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium.

Ituiutaba, v. 10, n. 1, p. 77-93, jan./jun. 2019.

Página | 89

A Petrobrás apoiou financeiramente muitos empreendimentos e operações do Projeto Tamar-Ibama, o que lhe conferiu ares de empresa ecologicamente correta. Dos benefícios desta ação, estão as que possibilitaram as organizações comunitárias, assim como a criação de uma agência para a promoção do desenvolvimento em rede das comunidades da Planície Costeira do rio Doce (ASCORD, 2008).

Por fim, convém tecer algumas considerações acerca da especulação imobiliária. Como o grande capital chegou ao território de forma bastante incisiva, por meio de diferentes atividades e concentrada no tempo e no espaço, um dos resultados mais marcantes foi a valorização dos imóveis rurais e urbanos.

Os hidrocarbonetos, por exemplo, exacerbou os valores das propriedades rurais onde foi encontrado. A presença das cabeças-de-poços, também conhecidas como cavalos-mecânicos, é considerada símbolo de riqueza e *status* e isso eleva o valor dos imóveis rurais, ainda que os ganhos de percentuais de produção sejam irrelevantes.

Nas vilas, o turismo fez surgir uma série de equipamentos recreativos e de uso turístico, como restaurantes, pousadas, bares, museus e outros, o que gerou a necessidade de expansão da área ocupada, sobretudo em Barra Seca e Pontal do Ipiranga.

O valor dos imóveis urbanos se elevou, sobretudo pelo fato de passarem a ser alugados durante as temporadas festivas ou durante o verão. O elevado número de casas de temporada fez com que o turismo ganhasse elevado grau de sazonalidade, o que o faz extremamente rentável e concentrado em apenas 4 meses do ano. Com isso, a natureza local passou a ser ainda mais pressionada e as matas de restinga ameaçadas pelo crescimento dos novos loteamentos.

Considerações finais

Ao longo do texto, procuramos demonstrar que a formação histórica das vilas localizadas na porção linhareense da Planície Costeira do rio Doce sempre esteve, entre o século XVIII e 1980, ligada às tradições culturais de famílias caboclas que passaram a habitar as áreas onde atualmente se encontram as atuais comunidades de pescadores.

Vimos que a tradição se vincula a um modo de vida que se baseava em sobreviver daquilo que o território oferecia como estoque de recursos e também daquilo que foi possível empreender a partir do trabalho na lavouira, na pecuária extensiva, na pesca e no extrativismo.

Os modos de vida em escala regional criaram territorialidades culturais ricas e adaptadas ao ritmo lento do tempo, em um ambiente onde a grandiosidade do mar, das matas e do rio, criavam as condições de provimento da vida. Dificuldades sempre existiram, mas a resiliência cabocla sempre achou seus meios de permitir a reprodução da vida comunitária, em ambiente de maior solidariedade do que no tempo presente.

A ruptura dos modos tradicionais de vida ocorreu na década de 1980. Diversas ações públicas e privadas chegaram ao território e insidiram, sobre ele, o poder do capital hegemônico, adensando as técnicas, complexificando a produção e incorporando a natureza local tanto como recurso, quanto como subsídio aos seus discursos de desenvolvimento.

Sem ter como reagir a esses feitos, as comunidades também se viram incorporadas ao novo ambiente de trabalho e acumulação, onde prosperaram atividades de modernização econômica impregnadas pelo discurso da proteção ambiental e sustentabilidade.

O turismo, a produção de hidrocarbonetos e a especulação imobiliária chegaram ao território como vetores externos de desenvolvimento. A natureza, alvo da proteção, de certa forma teve de si, excluídas as suas comunidades tradicionais, que em alguns casos se viram impedidas até mesmo de circular ou pescar em áreas que sempre foram exploradas por seus ancestrais.

A modernização incluiu e excluiu ao mesmo tempo, ampliou as desigualdades territoriais, privilegiou classes sociais e formas de trabalho que nunca fizeram parte dos modos

de vida de quem já estava no território. A modernização, que agora também integra a formação territorial da planície, estabeleceu os elos das comunidades com o mundo exterior. Mas em sua maior parte, os caboclos e caboclas continuam à espera de serem, eles mesmos, abraçados pelo progresso de maneira mais acolhedora e participativa. Embora o capital tenha criado empregos (ainda que precários) e possibilitado o fortalecimento dos laços comunitário, inclusive com formação de redes, ele também criou, contaditoriamente, desvinculações e controles.

O panorama traçado, que é sintético, reflete uma apreensão pontual da dinâmica territorial: os anos compreendidos entre 1980 e 2015. O futuro das comunidades agora é ainda mais incerto, pois muitas ações ambientalistas ganham atualmente nova roupagem. Após a catastrófica ruptura da barragem de Mariana, um outro olhar sobre a natureza e as comunidades locais surgiu como possibilidade. Cabe, portanto, aos agentes locais de desenvolvimento empreender ações que de fato tragam para as vilas estudadas, os resultados prometidos pela modernização econômica: proteção ambiental, valorização cultural e qualidade de vida.

Referências

AGÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE COMUNITÁRIA DO DELTA DO RIO DOCE. Estatuto da ASCORD. Linhares: ASCORD, 2008.

ANDRADE, W. S. Os impactos do Projeto Tamar na comunidade de Regência – Espírito Santo. 2002. 83f. Dissertação de Mestrado (Mestrado Interdisciplinar) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Comunicação e Administração, Universidad São Marcos, São Paulo.

ALMEIDA, C. A. O desbravamento das selvas do rio Doce. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

ARAÚJO C. F. et al. Um paraíso e suas contradições: o processo de turistificação do balneário Pontal do Ipiranga. 2000. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Curso de Administração, Unilinhares, Linhares.

BAUMAN, Z. Comunidades: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jopрге Zahar, 2003.

BITTENCOURT, G. A formação econômica do Espírito Santo: o projeto da industrialização. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BRACONARO, F. A Geografia da pesca: modo de vida e lazer na bacia do rio Araguari, MG. 2011. 316f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

CARDOSO, E. S. Geografía y la cuestión pesquera: tejiendo redes de investigación. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, Universidad de Barcelona, v. XVII, nº 761, UB, 2007.

CLAVAL, P. A Geografia Cultural. 4 ed. Florianópolis: Ed.UFSC, 2014.

COSTA, M. C. S. Terra e povoamento na implantação da lavoura cacaueteira no Espírito Santo: um estudo de caso – Linhares, 1900-1930. 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niteroi.

DELPUPO A. Turismo eco-rural no baixo rio Doce: a natureza e a cultura cacauieira como recursos de desenvolvimento para a vila de Povoação. 2004. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) Curso de Turismo. Faculdade Estácio de Sá de Vitória, Vitória.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Dados demográficos do município de Linhares, ES. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acessado em 16 de maio de 2019.

FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR - CENTRO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO E PESQUISA DAS TARTARUGAS MARINHAS. Assim nasceu o Projeto Tamar. Salvador: Bigraf, 2000.

GUERRA, A. T. Dicionário geológico-geomorfológico. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

MORAES, C. Geografia do Espírito Santo. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974.

NASCIMENTO, E. A. Balneário Pontal do Ipiranga: um paradigma anti-exemplar. 1994. Sf. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) - Curso de Graduação em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

NOVAES, M. S. História do Espírito Santo. Vitória: Fundação Educacional do Espírito Santo, 1969.

PERRONE, A.; MOREIRA, T. H. L. História e Geografia do Espírito Santo. Vitória: Sodré, 2005.

PORTUGUEZ, A. P. Geografía Humana de bajo río Doce. Uberlândia: Assis, 2010.

PORTUGUEZ, A. P. Estratégias para um planejamento turístico de base participativa: o caso da integração teoria e prática nos cursos de Turismo das Faculdades Estácio de Sá do Espírito Santo. In: Fórum internacional sobre prática docente universitária. 2011, Uberlândia. Anais... Inclusão Social, Tecnologias de Informação e Comunicação. Uberlândia: DIFDO/UFU, 3-5/out./ 2011, p. 90-105. Disponível em: <<http://www.forumdocente.prograd.ufu.br/anais/anais2011>>. Acessado em 04/jan./2019.

RAMALHO, C. W. N. A arte de fazer-se pescador artesanal. In: 2º Encontro ANPPAS. 2004, Indaiatuba. Anais... Indaiatuba: ANPPAS, 26-29/maio/2004. p. 1-9. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/cristiano_ramalho.pdf. Acessado em 12 de junho de 2019.

REIS, R. L. P R. Caboclo Bernardo: história e cultura na barra do rio Doce. Linhares: Unilinhares, 2003.

ROSENTHAL, E. E. Características da praia de Degredo em Lindares, ES: uma análise sobre os impactos ambientais causados pelo uso e ocupação da área próxima à costa. 2003. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Geografia) Curso de Licenciatura em Geografia. UNILINHARES, Linhares.

SAINT-HILAIRE, A. Viagem ao Espírito Santo e rio Doce. São Paulo: EDUSP, 1974.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

WEBER, A. C.; HERKENHOFFM. V. G.; Impactos da exploração de petróleo e gás sobre o turismo no Espírito Santo. Vitória: SEBRAE-ES, 2007.

ZUNTI, M. L. G. Panorama histórico de linhares. 2 ed. Linhares: Pousada das Letras, 2000.

Recebido em: 05/03/2019

Aprovado para publicação em: 26/07/2019